

Política



Eloísa Machado: "Para casos mais difíceis, crise talvez os impeça de julgar, pela autoridade que tem faltado ao Tribunal"

Judiciário Para Eloísa Machado, da FGV-SP, Corte se ‘apequenou’ com a crise e corre o risco de perder autoridade e ser reformada de fora para dentro

STF precisa de uma instância de controle, diz especialista

Beatriz Olivon
De Brasília

Imerso em uma crise sem precedentes, o Supremo Tribunal Federal (STF) corre o risco de se enfraquecer, não só perante outras autoridades, mas para cidadãos comuns, que, no limite, podem passar a desconsiderar as decisões. A avaliação é da professora de direito constitucional da FGV-SP Eloísa Machado, que estuda o Supremo há 25 anos. Em entrevista ao **Valor**, a especialista considera que o STF já se “apequenou” e defende que a Corte seja submetida a uma instância de controle — hoje, não se submete, por exemplo, ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A jurista concedeu a entrevista um dia após a sessão que havia sido marcada para analisar um relatório da Polícia Federal (PF) sobre supostas ligações entre o ministro Alexandre de Moraes e o ex-banqueiro Daniel Vercaro, mas terminou sem decisão e foi marcado por trocas de termos como “mentira”, “leviandade” e “desfaçatez”.

Para a especialista, se o Tribunal não apresentar respostas à crise corre risco de ser reformado “de fora para dentro”, como já propõem algumas campanhas eleitorais.

Nesse contexto, o STF tem ainda 22.896 processos para julgar. Eloísa avalia que não deve haver prejuízo ao andamento da Corte, já que os processos em plenário presencial respondem por 0,5% dos casos. Mas ela vê dificuldade em questões mais sensíveis e que impactem outros Poderes.

A seguir os principais pontos da entrevista ao **Valor**:

Valor: Na abertura da sessão de terça-feira, o presidente, ministro Edson Fachin, afirmou que “a instituição permanecerá se soubermos estar à altura da responsabilidade que recebemos”. Há o risco de o STF se apequenar ou sofrer maior controle externo?

Eloísa Machado: O Supremo já se apequenou, nessa sessão, sob a presidência dele, inclusive. Esse grau de indefinição sobre os procedimentos é um problema. O Fachin reuniu todas as questões para que o plenário discutisse mas precisa ficar claro se ele reuniu porque não tinha outro jeito e ele fez de maneira extraordinária. Ou se ele reuniu se valendo de uma competência administrativa, o que faz com que essa questão de ordem seja meramente administrativa procedimental. Mas se estamos lidando num âmbito penal, [Alexandre de] Moraes e [André] Mendonça nem sequer poderiam ter votado. Isso é muito óbvio e não foi objeto de debate. Há um problema também no Supremo que é uma insistência em agir de uma determinada ma-

neira, em que cada vez você constrói um puxadinho, não é exatamente o que resolve a situação e aí chega a um cenário de absoluta instabilidade, indeterminação, e que ninguém sabe como vai ser, porque a interpretação do Supremo é sempre um pouco mais alargada e diferente do que o que está previsto no regimento, na lei, na própria Constituição. A sessão de terça-feira é um pouco isso.

Valor: Depois da troca de acusações na sessão, como fica a imagem do Supremo perante quem tem processos em tramitação na Corte ou aguarda a definição de alguma tese?

Eloísa: Em tese, não há problema para que os ministros continuem julgando e deliberando as suas questões. O plenário é muito residual, menos de 0,5% dos casos estão sendo julgados no presencial. A agenda está repleta de casos e eles estão votando enquanto tudo isso está acontecendo. Agora, é óbvio que para casos que são mais difíceis, seja pela sensibilidade do tema, seja pela interface com outros Poderes, essa atual crise talvez os impeça de julgar, não por não existir quórum, não por nenhum tipo de impedimento procedimental, mas justamente pela autoridade que tem faltado ao tribunal para julgar esses casos.

Valor: Você citou a falta de autoridade do Tribunal. O que pode acontecer?

Machado: Talvez a gente tenha um cenário em que o Tribunal decida e os demais atores ignorem. Esse é o risco em um tribunal que perde a autoridade, ele perde a capacidade de impor a obrigatoriedade das suas decisões. Já temos candidatos a Presidente da República que dizem que vão escolher que decisão vão cumprir ou não. Isso é um enorme problema para uma democracia constitucional. Precisamos que o Supremo encontre uma forma de se resguardar institucionalmente, e certamente não é pelo caminho adotado na sessão de terça-feira.

Valor: Há alguma Corte em outro país que ficou enfraquecida?

Eloísa: Temos um processo de enfraquecimento da Corte Constitucional Argentina, que nem está

com o número total de juízes indicado e que simplesmente perdeu relevância no cenário. Foi sendo, ao longo dos anos, a partir de reformas que o sistema político fez ao Tribunal, relegada a algo irrelevante no cenário político. E agora o preço maior dessa configuração é a impossibilidade de apresentar um devido controle, por exemplo, ao governo do Milei.

Valor: Esse enfraquecimento, perante outros poderes, pode passar para o cidadão comum?

Eloísa: Pode. Infelizmente, acho que pode.

Valor: Com o escândalo do STF, candidatos que não falavam em mandato para ministros do STF passaram a se voltar ao tema, a crise pode ter esse resultado?

Eloísa: O Supremo precisa rever algumas das suas práticas e precisa existir uma instância de controle sobre os atos dos ministros. Eles se colocaram de fora do guarda-chuva do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Então, essa instância já foi criada, por uma emenda constitucional, tem uma Corregedoria Nacional de Justiça e o Supremo falou que não se submete a ela. É importante que o Supremo dê respostas de como vai impedir que isso aconteça novamente. E se o próprio Tribunal não apresentar essa resposta, ele será reformado de fora para dentro. E ninguém garante que essa reforma não será feita de maneira oportunista para diminuir a capacidade do Tribunal de controlar alguns setores que estão bem desagradados com o Tribunal pelas razões erradas, não pelas razões certas, pelo que o Tribunal faz de certo. É um perigo misturar esse momento de depuração dessa crise, de investigação com reformas. No Direito, quando estamos vivenciando crise, não reformamos.

Valor: É a ideia de mandatos para ministros?

Eloísa: Estamos falando que um dos problemas do Supremo é a promiscuidade e a captura que interesses econômicos muito organizados fizeram dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Não me parece que o mandato vai auxiliar nesse cenário. Ele pode piorar, temos visto isso em agências reguladoras, que é o que a gente chama de porta giratória.

Valor: O que poderia resolver?

Eloísa: Me parece que tem que ter uma instância de controle capaz de dar essa resposta. O Supremo está nessa crise porque ele não tem essa instância de controle. A saída da crise não está dada. Não é que existe e eles não querem usar. São eles que têm que construir como é que eles vão fazer isso. E eles estão construindo isso com poucas ferramentas, porque não existe uma corregedoria.

Comércio em PAUTA



80 ANOS

Informativo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), do Sesc e do Senac

CNC DEFENDE FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES E DA SEGURANÇA JURÍDICA PARA O PAÍS AVANÇAR

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) se manifestou em defesa do fortalecimento das instituições e da segurança jurídica, considerados pela entidade representativa dos empresários do setor terciário pilares indispensáveis para o crescimento econômico e o desenvolvimento social do País. “O setor produtivo acompanha com atenção os desdobramentos da atual crise institucional e reitera a necessidade de que a sociedade obtenha, de forma célere e transparente, a conclusão dos inquéritos em andamento, assegurando a devida responsabilização e punição dos envolvidos na rigidez da lei”, afirma o texto divulgado pela CNC, no qual a Confede-

ração manifesta sua confiança na condução equilibrada do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, na gestão desses desafios internos. Para além da resposta ao momento presente, prossegue o texto, o empresariado brasileiro entende que o fortalecimento institucional exige soluções perenes. “Por essa razão, a CNC defende que o próprio Poder Judiciário promova uma profunda autoavaliação, aprimorando mecanismos internos de autorregulação — como o fortalecimento do código de conduta, a eficiência dos órgãos de correção e o constante aperfeiçoamento de seus ritos procedimentais —, iniciativas que reforcem a

legitimidade e a confiança pública nas decisões da Corte.”

Nesse processo, a CNC destaca também a relevância do Senado Federal, na condição de representante dos estados, uma vez que dispõe de instrumentos constitucionais fundamentais para acompanhar e contribuir construtivamente com o aprimoramento das instituições republicanas e o equilíbrio entre os Três Poderes.

“O empresariado brasileiro precisa e quer confiar no futuro do País”, afirma a Confederação. “Garantir um ambiente de negócios previsível, transparente e guiado pela estrita aplicação das leis é o único caminho para restabelecer a estabilidade e assegurar a retomada dos investimentos no Brasil.”

SESC CELEBRA 80 ANOS DE ATUAÇÃO COM CAMPANHA NACIONAL E PROGRAMAÇÃO ESPECIAL GRATUITA

No dia 13 de setembro, o Sesc completou 80 anos de uma história construída ao lado dos trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo, suas famílias e milhões de brasileiros.

Para marcar a data, foi lançada uma campanha nacional estrelada pela atriz Taís Araújo, que se inspira nas experiências e relações das pessoas com a instituição ao longo de suas vidas. Com o conceito “Há 80 anos, somos feitos de histórias”, o

filme publicitário estreou no intervalo comercial do Fantástico (TV Globo) e está presente nas principais emissoras de TV, portais, plataformas digitais e redes sociais.

A celebração também ganhou os palcos de todo o Brasil. No último fim de semana, atividades gratuitas em diferentes estados reuniram nomes como Caetano Veloso, Péricles, Xande de Pilares, Seu Jorge, Elba Ramalho, Paula Toller, Silva, Sandra Sá, Re-

nato Teixeira, Marcelo Jeneci e Oswaldo Montenegro, entre outros artistas.

A música de concerto também esteve presente nas comemorações com programações pelo País e uma apresentação da Orquestra Jovem Sesc Brasil, formada por 59 músicos de 11 estados, no Sesc Quitandinha (RJ).

Para assistir à campanha e conhecer mais sobre essa trajetória, acesse sesc.com.br/80anos.



A atriz Taís Araújo estrea campanha que se inspira nas experiências das pessoas com o Sesc ao longo de suas vidas

SENAC É CITADO EM ARTIGO COMO EXEMPLO GLOBAL NO USO DA IA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A International Youth Foundation (IYF) publicou um artigo reconhecendo a incorporação de inteligência artificial pelo Senac na educação profissional como um exemplo a ser seguido. O artigo “Gold Standard TVET: Examining SENAC Brazil’s AI adoption” reconhece usos de IA que elevam a experiência educacional.

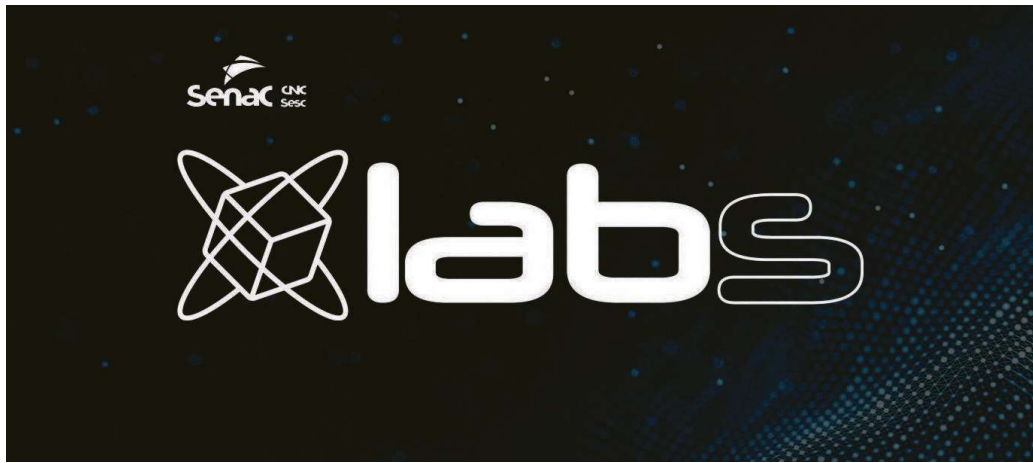
Três iniciativas do Senac foram apontadas como melhores práticas para a utilização de inteligência artificial na educação profissional: a criação

de ambientes de aprendizado virtuais, a criação de copilotos pedagógicos para ajudar os professores e o alinhamento curricular estratégico.

A IYF aponta que a experiência do Senac oferece princípios que podem ser adotados por instituições de educação profissional de outros países. A publicação também ressalta que a participação do Senac na Comunidade Global de Práticas promove um processo de aprendizagem de mão dupla. Ao interagir com instituições internacionais, o Senac valida

e aperfeiçoa suas estratégias de simulação com IA, governança de dados e desenvolvimento docente.

O estudo integra uma série de casos desenvolvida pela IYF em colaboração com a Microsoft Global AI for TVET Community of Practice. A iniciativa busca disseminar entre lideranças da educação profissional da África, América Latina e Ásia modelos escaláveis e centrados nas pessoas para a integração da inteligência artificial à formação técnica e profissional.



Seu negócio é o nosso negócio.

portaldocomercio.org.br

